

DISCURSOS E PRÁXIS NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA: UMA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA ¹

Claudio Limani Filho

Graduando em Geografia e Meio Ambiente
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)²
claudio_limani2@hotmail.com

Matheus Cavalcanti Bartholomeu

Graduando em Geografia e Meio Ambiente
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)³
matheuscb@live.com

Resumo

Nosso objetivo consiste na investigação do processo de construção da sociedade capitalista ocidental, iniciado com a instalação do sistema-mundo. Constantemente, em busca da manutenção do poder sobre os povos periféricos, as hegemonias mudam discursos e práxis. Essa permanente instabilidade dos mecanismos de gestão da centralidade leva a ocultar a dependência que os atores dominantes têm dos subalternos, bem como a evitar as tentativas de levantes contrários e tornar a configuração internacional e o *self* eurocentrado normais aos olhos de todos.

Palavras-chave: Ocidente, Ideologia, Globalização, Capitalismo, Contradições.

LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD CAPITALISTA: UNA CONTRIBUCIÓN GEOGRAFICA

Resumen

Nuestro objetivo consiste en la investigación del proceso de construcción de la sociedad capitalista occidental, iniciado con la instalación del sistema-mundo. Constantemente, en busca del mantenimiento del poder sobre los pueblos periféricos, las hegemonías cambian discursos y praxis. Esa permanente instabilidad de los mecanismos de gestión de la centralidad lleva a ocultar la dependencia que los actores dominantes tienen de los subordinados, así como a evitar los intentos de levantamientos contrarios y tornar la configuración internacional y el *self* eurocentrado normales a los ojos de todos.

Palabras claves: Occidente, Ideología, Globalización, Capitalismo, Contradicciones.

¹ Artigo produzido sob orientação do Prof. Dr. Leo Name, do Departamento de Geografia da PUC-Rio.

² Bolsista do Programa de Educação Tutorial da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (PET/MEC-SESu) em Geografia na PUC-Rio.

³ Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) e colaborador do PET/MEC-SESu em Geografia na PUC-Rio.

*Se me restasse na vida um único centavo
de dólar, eu o investiria em propaganda.*

– Nelson Rockefeller

Introdução

Pretendemos aqui analisar criticamente a história da construção da sociedade capitalista ocidental através da composição, avaliação e síntese das concepções de grandes autores sobre diversos aspectos desse processo. Nosso objetivo principal, pois, é mostrar que ao longo desse processo, iniciado com a instalação do sistema-mundo, os agentes do capital mudam constantemente discursos e práxis a fim de gerir o poder sobre os subalternizados. Isso coloca os indivíduos em situação de permanente inércia, a fim de escamotear a dependência das configurações hegemônicas em relação às subalternidades, neutralizar quaisquer tentativas de insurgência e naturalizar o panorama mundial e o *self* europeu.

O embrião da sociedade ocidental atual foi gestado nos séculos XV e XVI, quando o europeu começou a estender seu domínio aos povos além-mares, numa lógica mercantilista protocapitalista. Basicamente, expressaremos estas ideias no primeiro item: “As origens do Ocidente como categoria”. Para isso, elucidaremos no segundo item – “A fundamentação teórica do eurocentrismo” – que foi necessária uma sólida base teórica com a finalidade de “justificar” e metodizar a perversa doutrinação deles, construída através do desenvolvimento da ciência e expansão do Positivismo enquanto ideologia.

Uma vez consolidado esse arcabouço, a sociedade ocidental conseguiu aumentar sua influência por meio do Capitalismo por excelência com a industrialização da produção e o consumo de massa. Porém, foi com a globalização que esse jogo se fez mais complexo. Ela foi proposta como boa e plenamente possível para todos os indivíduos; na verdade, contudo, isto é uma fantasia, pois se trata de um subterfúgio para esconder as intencionalidades do Ocidente e sua dependência da submissão dos outros, nas mais diversas escalas. Para este assunto, reservamos a terceira seção, “A globalização como artifício do crescente domínio ocidental”.

Por fim, em “O Capitalismo multiescalar e ‘sustentável’”, procuramos transmitir que, seguindo essa lógica adaptativa, a mais nova linha de reprodução da hegemonia é a sustentabilidade. Não sabemos, no entanto, se a tão dita necessidade de mudança dos costumes é legítima ou apenas uma nova tentativa de imprimir um simbolismo apropriado pelo capital. Assim, percebemos que a construção da sociedade capitalista sempre se pautou em contradições.

As origens do Ocidente como categoria

A “descoberta” das Américas foi o marco inicial do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1980), ou seja, do processo de consolidação de uma rede de assimétricas relações sociais, políticas, econômicas, entre outras, que se estendem por boa parte do globo, senão todo ele. Pela primeira vez na história, os padrões então inscritos a uma sociedade relativamente homogênea, a Europa Ocidental, alcançariam repercussão e, mais relevantemente, reprodução em escala mundial, por meio de estratégias de coerção e de consentimento. Isso permitiu a elaboração de uma divisão internacional do trabalho, em que a produção dos países hegemônicos difere da produção dos países subalternizados, cabendo aos primeiros um caráter mais intelectual e aos últimos aspectos mais “braçais”, mecanicistas.

Os séculos XV a XVII da Era Cristã foram de fundamental importância na expansão do modelo societário europeu protocapitalista. Esse modelo de sociedade girava em torno de uma economia mercantilista metalista, cujas bases sólidas estavam na exploração dos recursos do “Novo Mundo”, isto é, da América recém-descoberta. O declínio da ordem feudal e, portanto, do poder e da influência da classe nobre dentro dos incipientes Estados-Nações da Europa Ocidental e o enriquecimento das classes burguesas fizeram surgir novos padrões de organização espacial (através da concentração crescente em cidades ou burgos), de consumo (por meio da inserção da moeda e, ainda precariamente, do lucro, na antiga lógica de trocas) e de cultura (a cultura hegemônica do branco europeu).

Nesse panorama, a Europa paulatinamente conquistou a posição de centro econômico, político, ideológico etc. Ela se tornou grande articuladora dos fenômenos de transformação da paisagem e dos costumes, servindo de modelo às nações subjugadas. Em virtude, entretanto, da unilateralidade das propostas do “Velho Continente”, seguiu-as não as tornaria libertas ou mais autônomas, mas justamente o contrário. O europeu, o “eu” da Modernidade, a definiu como emancipação naquilo referente a seu “mesmo”; com relação a seu “outro”, ela possui um caráter mítico-sacrificial (DUSSEL, 2005). Daqui depreendemos um pouco da tônica da dupla face da Modernidade/Colonialidade (MIGNOLO, 2005), que usa de meios de dominação que violentam desde a dignidade individual à cultura e história locais.

Se a Modernidade tem um núcleo racional *ad intra* forte, como “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, *ad extra*, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência. (DUSSEL, 2005, p. 60)

Não raro, ou melhor, frequentemente, as categorias de desigualdade entre o “mesmo” e o “outro” se confundiam com a raça. A evolução dessa segregação levou a uma divisão social, territorial e racial do trabalho em múltiplas escalas. Esta visão, denominada por Quijano (2005) de colonialidade do poder, está expressa, por exemplo, nas características gerais do Brasil Colônia: os índios eram submetidos a um regime de servidão; os negros, de escravidão; e os portugueses e luso-brasileiros eram comerciantes ou produtores independentes de mercadorias.

Ao lado disso, as práticas de dominação não hesitaram em usar a violência e a arbitrariedade para demarcar territórios nas terras subjugadas, suprimindo as especificidades locais. Aproveitou-se para introduzir um espírito pelo “bem maior”, algo como um *Volksgeist* forjado, uma consciência nacional a fim de procurar justificar tais demarcações, mas

imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008, p. 32)

O Colonialismo nas Américas foi a primeira expressão do poderio hegemônico em escala mundial, como parte da articulação intrínseca ao sistema-mundo. Ele serviu de base para a lapidação de um sistema econômico-societário centrado no capital mais desenvolvido que o Mercantilismo: o Capitalismo propriamente dito, que foi alavancado, por sua vez, pelo Imperialismo (ou Neocolonialismo) do século XIX. Em termos de organização do poder, pois, os europeus foram assumindo posição central, enquanto os demais países se caracterizavam como periféricos. No sistema-mundo, todavia, existe sempre uma semiperiferia. Esta abrangeu, durante boa parte do tempo, os Estados Unidos e, de certa forma, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia.

O modelo dominante começou a ser denominado de modelo ocidental. Esse “Ocidente”, entretanto, não se refere generalizadamente ao hemisfério oeste, mas particularmente à Europa e, posteriormente, a seus “apêndices”, acima mencionados. O próprio Velho Continente não é todo “ocidental”: o Leste Europeu é perifêrizado. Neste trabalho, ao empregarmos o termo Ocidente, nos referimos a esse aspecto mais particular explicado. Do mesmo modo, ao dizermos “Europa”, queremos evidenciar sua fração ocidental, segundo esta concepção. De acordo com Stuart Hall (2002, p. 59),

o senso de si mesmo do Ocidente – sua identidade – foi formada, não apenas pelos processos internos que gradualmente moldaram a os países da Europa Ocidental num tipo distinto de sociedade, mas também pelo senso de diferença da Europa entre os outros mundos – como ela veio a se representar em relação a esses “outros”.⁴

Em cada período histórico, pois, a busca por novos mercados consumidores, matérias-primas e fontes de energia alimentou a expansão dos Estados dominantes, que articularam áreas para financiar seus interesses. A mudança consistiu na estratégia: a capitalista gradativamente se sobrepôs à territorialista (ARRIGHI, 1996), cuja finalidade de obtenção do poder se dá por meio da defesa e conquista de territórios, mas obviamente sem substituí-la por completo. A Modernidade, pois, é um período de transformação dos modos de exercer hegemonia, uma vez que o territorialismo na Europa encontrou sua

⁴ Neste texto, a tradução das citações originalmente encontradas em língua estrangeira é de responsabilidade dos próprios autores. Esta foi traduzida do idioma inglês.

forma mais elaborada durante a Idade Média e o Capitalismo, a partir da metade do século XX. Por atuar em todas as instâncias, a gestão do poder ocidental demandou um sólido arcabouço teórico e científico, desenvolvido ao longo dessa era.

A fundamentação teórica do eurocentrismo

Para os burgueses da transição da Idade Média para a Moderna, a ordem tripartite representada pela coroa (monarquia), pela espada (nobreza) e pela cruz (clero) precisava acabar. Era necessário ancorar em fundamentos seguros para quebrar com o paradigma medieval de que a fonte única de conhecimento é Deus e o homem só o teria por meio de uma revelação, uma vez que a concepção anterior se havia se estendido por cerca de um milênio. O método científico, por cuja aplicação seria entendida a realidade, centrava o conhecimento na racionalidade humana.

A luta é, pois, contra o erro, além, é claro, de ser, pelo menos no início, contra o dogmatismo (medieval). Verdades produzidas pelo homem se contrapõem às verdades reveladas às figuras de autoridade. (CARVALHO *et al.*, 2000, p. 9)

A ciência moderna, desde seu início, apareceu como atrelada à mentalidade da classe que buscava a hegemonia. O domínio sobre a natureza e os povos considerados inferiores naquela relação de alteridade já revela uma predisposição do modo de organização e de produção capitalista. O Iluminismo, movimento do pensamento ocidental oitocentista, deu continuidade ao processo de antropocentrismo e de desnaturização, que, neste momento, “centra sua referência de mundo no corpo, ao invés de excluí-lo. Mas agora separando o corpo em dois tipos: há o corpo inerte e o corpo vivo.” (MOREIRA, 2008, p. 136) O importante é perceber que a emancipação do homem não se refere a todos os homens, mas sim aos homens brancos da Europa Ocidental.

O século XIX mostrou os sinais das crises internas à instalação e plena consolidação do capitalismo. Carvalho *et alii* (2000) nos listam o aprofundamento da diferença entre os trabalhadores e os patrões através da alienação dos meios de produção, a burocratização do Estado a fim de manter o sistema estável, a estandardização, o consumo de massa e a censura

inclusive na esfera privada, ainda que escamoteada, como fatores que colocariam em questão os fundamentos da política e da economia capitalistas. “O contexto histórico apresentado redimensiona a questão do conhecimento: surgem as ciências humanas como tentativa de compreensão das crises instaladas.” (CARVALHO *et al.*, 2000, p. 24)

O debate científico não pode ser tomado como isolado do contexto histórico e societário em que se insere, pois reflete os fatores de ordem social, política, econômica, cultural, entre outros. O Positivismo, enquanto tendência metodológica e forma de pensar a sociedade e a ciência, surge no bojo das primeiras contradições do capitalismo, mas atrelado à ideologia das classes hegemônicas, e vai penetrar basicamente em todas os ambientes de fundação das ciências sociais. Três regras básicas do método positivista foram enunciadas por Auguste Comte em seu livro *Discours sur l'esprit positif*, de 1844.

A primeira regra parte da afirmação de que a “verdadeira observação” é “a única base possível dos conhecimentos”, e da “radical variedade das explicações vagas e arbitrarias da filosofia inicial, já teológica, já metafísica”. (...)

A segunda regra se refere à necessidade de reduzir o estudo somente ao que é, ou seja, aos fenômenos, “renunciando a descobrir sua primeira origem e seu destino final”. (...)

A terceira regra, por fim, postula a previsão racional como destino das leis positivas. Frente ao empirismo estreito que se limita a “uma estéril acumulação de feitos incoerentes”, ‘o verdadeiro espírito positivo não está menos longe, no fundo, do empirismo que do misticismo; entre estas duas aberrações, igualmente fatais, deve avançar sempre’.⁵ (CAPEL, 1983, p. 269)

Podemos questionar seu vínculo com o pensamento burguês através de uma rápida análise dessas regras. A primeira propõe o saber positivista como único saber, bem como os saberes e práticas ocidentais seriam únicos, legítimos, em detrimento dos demais. O segundo postulado nega o compromisso com uma transformação da realidade (compromisso que será exaltado por sua contracorrente, o Materialismo Histórico e Dialético), ao passo que sugere apenas analisar os fenômenos sincronicamente, evidenciando um

⁵ Traduzido do idioma espanhol.

desejo de manutenção da ordem. A terceira regra, que diz respeito ao progresso, aliada à divisão do todo em partes perfeitamente integradas, está

em consonância com o modo de pensar historicamente elaborado pela burguesia. Assim, a ideia de Comte de que o conhecimento passa por três estágios – o teológico, o filosófico e o científico – que são “naturais”, acaba por revelar um compromisso com o modo capitalista de se entender como o mais avançado dos sistemas sociais elaborados pela humanidade. (CARVALHO *et al.*, 2000, p. 25)

Nossas críticas ao Positivismo e, por extensão, às ciências sociais que o adotaram como paradigma nesse momento podem ser mais bem compreendidas com a leitura de *El eurocentrismo y sus avatares: los dilemas de las ciencias sociales*, de Immanuel Wallerstein (2000). Neste artigo, são feitas cinco acusações a essas ciências, no que tange sua imersão numa lógica eurocêntrica: “1) em sua historiografia; 2) no provincianismo de seu universalismo; 3) em seus pressupostos sobre a civilização (ocidental); 4) em seu orientalismo, e 5) em suas tentativas de impor a teoria do progresso.”⁶ (WALLERSTEIN, 2000, p. 98).

A historiografia europeia fez e ainda faz com que a história do mundo se adeque às realizações específicas ocidentais. A própria conceituação de Europa, segundo Dussel (2005), é discutível. Este autor afirma que não só os feitos e processos das civilizações do planeta foram forçosamente inseridos nas datas, épocas e calendário adotados pela Europa moderna, como se houvesse uma história mundial, mas também a própria constituição do povo europeu não seguiu a linha do tempo que nos é amplamente divulgada e ensinada como correta. Reproduzimos aqui três esquemas utilizados na obra em questão (figuras 1, 2 e 3) para reforçar nossos argumentos em favor deste ponto de vista, o qual acreditamos assumir aqui como o mais neutro possível. O universalismo das ciências sociais por sua vez, se refere à propagação de modelos científicos quase exclusivamente ou exclusivamente europeus como universais, sobrepujando a filosofia e a arte ao lançá-las para o campo dos conhecimentos secundários.

⁶ Traduzido do idioma espanhol.



Figura 1: Sequência ideológica da Grécia à Europa moderna – A linha do tempo tal qual a maioria dos livros de História nos transmite, sem qualquer ponderação sobre a validade ou aplicabilidade do conhecimento em questão. Fonte: DUSSEL, 2005, p. 57.

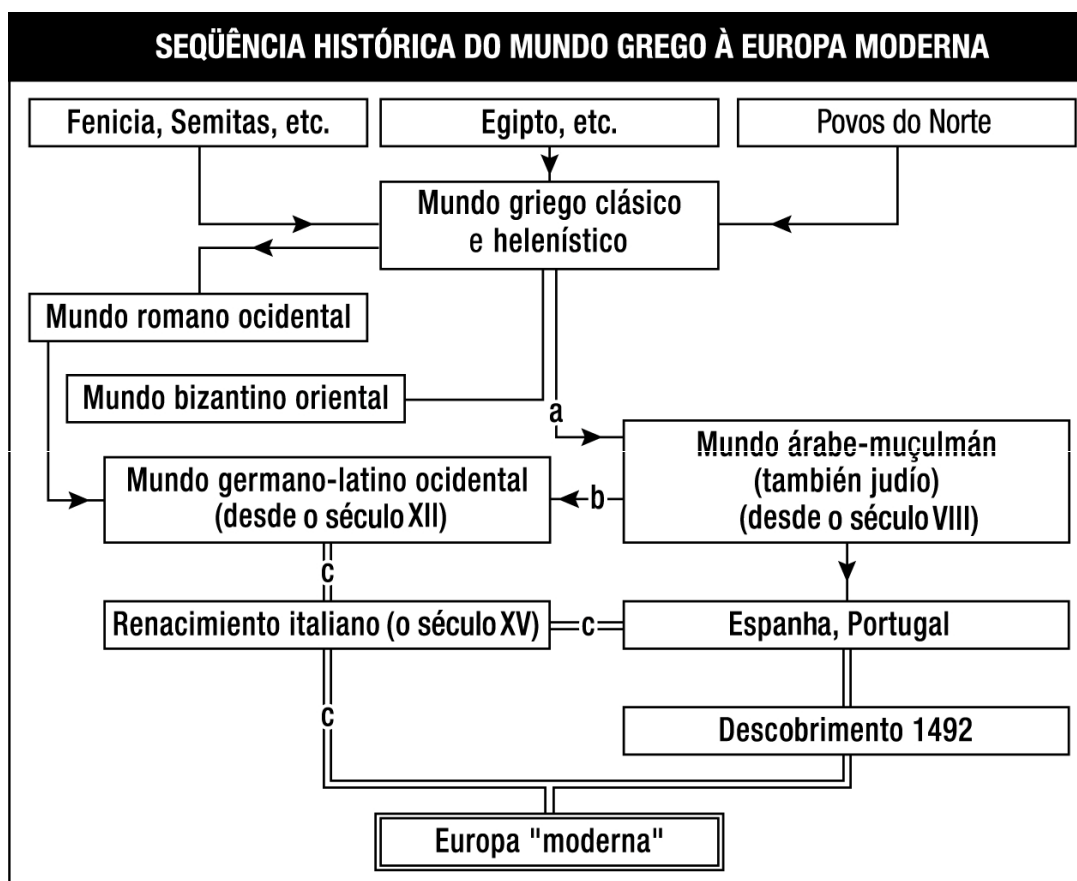


Figura 2: Sequência histórica do mundo grego à Europa moderna – “Esclarecimentos sobre as setas: a influência grega não é direta na Europa latino-ocidental (passa pelas setas a e b). A sequência c da Europa moderna não entronca com a Grécia, nem tampouco diretamente com o grupo bizantino (seta d), mas sim com todo o mundo latino romano ocidental cristianizado.” Fonte: DUSSEL, 2005, p. 56.

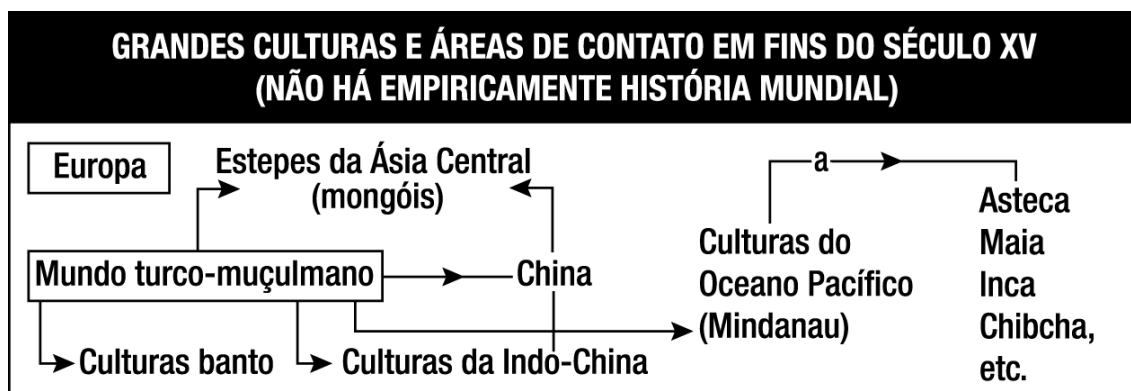


Figura 3: Grandes culturas e áreas de contato em fins do século XV (não há empiricamente história mundial – “Esclarecimento: a seta indica a procedência do *Homo sapiens* na América e as influências neolíticas do Pacífico; e nada mais.” Fonte: DUSSEL, 2005, p. 57.

O que o Ocidente entendia e ainda entende, com pouquíssimas alterações, por civilização, talvez se constitua num dos aspectos mais intrigantes desses cinco dilemas que Wallerstein (2000) nos expõe. “A Europa moderna se considerava algo mais que uma ‘civilização’ entre várias; considerava-se a única ‘civilizada’ ou aquela especialmente ‘civilizada’.”⁷ Contraditoriamente, como elucida Morin (2005 *apud* CARVALHO, 2008, p. 58),

a civilização ocidental produziu os antídotos à barbárie que ela mesma engendrou; embora insuficientes e frágeis eles minaram a escravidão; as ideias emancipadoras assimiladas pelos subjugados levaram às descolonizações na maior parte do globo. Segundo um notável paradoxo histórico, que se revela novo para o direito das mulheres, a matriz da maior e mais durável dominação foi também aquela das ideias emancipadoras. Foi preciso, portanto, lutar contra o imperialismo ocidental para aplicar os valores ocidentais.

Antes de falarmos do quarto dilema, o Orientalismo, precisamos, assim como fizemos com o termo Ocidente, contextualizar “Oriente” em nossa abordagem. Não devemos encarar Oriente de maneira simplista, como o hemisfério do globo terrestre, mas sim como aqueles povos não ocidentais, no sentido que Stuart Hall (2002) nos apresenta como “the Rest” (em contraposição a “the West”). Não podemos, entretanto, generalizar e excluir em definitivo esses países da lógica europeia: cada um deles possui determinado grau de inserção em determinadas facetas da reprodução do modelo ocidental. O Japão atual, por exemplo, está plenamente integrado ao Ocidente no que diz respeito a expressões culturais mais internas, como a

⁷ Traduzido do idioma espanhol.

alimentação, à medida que se aproxima no que toca as expressões culturais mais externalizadas, tal qual a arquitetura.

O intercâmbio entre o significado acadêmico e o sentido mais ou menos imaginativo de Orientalismo é constante, e desde o final do século XVIII há um movimento considerável, totalmente disciplinado – talvez até regulado – entre os dois. Neste ponto chego ao terceiro significado de Orientalismo, cuja definição é mais histórica e material que os outros dois. Tomando o final do século XVIII como ponto de partida aproximado, o Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente [...] Minha argumentação é que, sem examinar o Orientalismo como um discurso, não se pode compreender a disciplina por meio da qual a cultura europeia foi capaz de manejar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do Pós-Iluminismo. (SAID, 2007, p. 29)

Por fim, discorramos acerca das tentativas ocidentais de impor a teoria do progresso. A célebre frase do testamento de Auguste Comte, “O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”⁸, já evidencia o princípio de progresso como meta a ser atingida. As ciências facilmente se reconheceram e absorveram esse princípio, posto que

tanto em função de seu progresso interno – novas descobertas, novas técnicas e instrumentos de pesquisa etc. – quanto em função de sua adequação ao movimento social, a mutabilidade constante é uma característica da atividade científica (MORAES e COSTA, 1987, p. 16)

e, portanto, “a verdade científica expressa sempre um saber que será ultrapassado” (MORAES e COSTA, 1987, p. 17). Mas

o progresso não só se assumiu ou analisou, também se impôs. Isso talvez não difira muito das atitudes que estudamos sobre a epígrafe de ‘civilização’. O que há de se sublinhar é que, no momento em que a categoria de ‘civilização’ começou a ser uma categoria que havia perdido sua inocência e atraído suspeitas, basicamente a partir de 1945, o ‘progresso’ sobreviveu como categoria e foi mais que adequada para substituir a de ‘civilização’, já que cheirava a algo melhor. A ideia do progresso parecia servir como o último reduto do eurocentrismo, como posição de retirada defensiva. (WALLERSTEIN, 2000, p. 106)⁹

Neste ponto, vamos além. Defendemos que, embora essa retirada possa ter sido percebida, ela nada foi além de aparente e momentânea. Numa época de pós-Guerras em que o duelo entre Estados Unidos e União Soviética está

⁸ Traduzido do idioma francês.

⁹ Traduzido do idioma espanhol.

mais em foco do que o oeste europeu, o eurocentrismo, ou mais adequadamente, o Ocidente, continuou propagando seu discurso através da globalização. Para isso ocorrer efetivamente, duas condições tiveram de ser supridas anteriormente: a industrialização da produção e a criação de um mercado de massa.

A globalização como artifício do crescente domínio ocidental

Em busca de mais lucro, os atores hegemônicos precisavam de maior controle da produção. Dessa maneira, a demanda era por uma ruptura com os laços trabalhistas tradicionais, em que os artesãos detinham o conhecimento de todas as etapas e possuíam os meios de produção. A industrialização, ao ampliar a escala do processo produtivo, destituiu os trabalhadores desses meios, relegando-os à condição de meros instrumentos facilmente substitutivos, uma vez que participavam somente com sua força de trabalho. O Capitalismo evoluiu com a indústria e conseguiu consolidar-se como sistema econômico-societário.

Diversos fatores surgiram e caracterizaram a Modernidade industrial. O mais notório foi a perda da identidade de trabalhador. O indivíduo se tornou aquém de sua criação, assaltado em seus lucros e em dignidade. Todas as possibilidades para a classe burguesa são favoráveis a sua consolidação. Por não haver outro estamento forte e unido, este pôde difundir sua ideologia (com todas as mazelas intrínsecas) a qualquer lugar em que o Capitalismo fosse o sistema dominante.

Expropriado dos meios de produção, o trabalhador, para sobreviver, foi conduzido a aderir ao modelo em troca de um salário que via de regra correspondia a parcela menor do que sua contribuição na produção. A obtenção de mais-valia categoriza, pois, também a mão-de-obra como mercadoria. O extremo dessa concepção foi atingido com o Fordismo, através da máxima banalização da atividade laboral e consequente fluidez e disponibilidade do mercado de trabalho. A aplicação prática do Taylorismo ainda contribuiu para um afastamento maior entre o proletariado e a burguesia,

ao criar outro tipo de empregado: o supervisor e orientador do trabalho industrial, “preservando” os burgueses do contato com o ambiente fabril.

Aliado à produção em massa, também se consolidou o consumo massivo. O mercado consumidor se mostrou a última escala da apropriação do capital do proletário pela burguesia, em que a reprodução do sistema se perpetua e a necessidade do movimento do dinheiro se nota.

Assim, cada vez mais coisas tendem a tornar-se objeto de intercâmbio, valorizado cada vez mais pela troca do que pelo uso e, desse modo, reclamando uma medida homogênea e permanente. Assim, o dinheiro aumenta sua indispensabilidade e invade mais numerosos aspectos da vida econômica e social. (SANTOS, 2010, p. 98-99)

As relações de trabalho foram se concretizando em torno da capacidade do homem de produzir mercadoria. A produtividade e a especialização se tornaram requisitos básicos. Já não se privilegiava o trabalhador que detinha a noção do todo, mas sim o mais apto a entender a noção da parte, a fim de aumentar a rapidez e a lucratividade. Essa mentalidade chegou ao cúmulo de percebermos o período de vida produtiva “comprimido para menos de metade da vida biológica, com os trabalhadores mais velhos deixando o cenário muito antes de estarem física ou mentalmente incapazes” (SENNETT, 2010, p. 109)

Para que todos pudessem participar do mercado como consumidores, foi necessário estabelecer a equivalência jurídica entre todos os indivíduos. Uma vez que todos possuem os mesmos direitos e deveres teoricamente têm as mesmas condições para o crescimento. Contudo, o sistema capitalista utilizou esse artifício para que pudesse se expandir e contraditoriamente tornar as pessoas ainda mais dependentes das mercadorias, culminando na meritocracia, em que o individualismo atinge o auge e todos entram em permanente competição.

O fetichismo pelo novo fez com que boa parte das relações sociais se iniciasse em torno da possibilidade de se conseguir “lucro”. Elas têm se redefinido pela importância que se atribui à aquisição de capital (cultural, social, econômico...). A efemeridade dessas interações facilmente evidencia seu fracasso iminente e o individualismo se combina ao desejo de “derrota” do outro. Assim, a Modernidade industrial levou à intensa mercantilização das

relações humanas e ao consumo desenfreado. A precariedade das relações, no entanto, não se restringiu aos limites do indivíduo, mas se fez multiescalar.

O próprio êxito das lutas contra a exclusão leva a uma exploração mais intensiva ou extensiva dos Estados semiperiféricos por parte dos Estados do núcleo orgânico, e, portanto, acentua a capacidade desses últimos de excluir os primeiros das atividades mais compensadoras e do uso ou gozo dos recursos escassos. (ARRIGHI, 1998, p. 209)

Nova evolução do Capitalismo, no período durante e após as Grandes Guerras levou ao que era estritamente local-nacional virar global e pôs os Estados Unidos no centro do sistema-mundo e a Europa e o Japão na semiperiferia. Criou-se a necessidade de diminuir o tempo de mobilidade e comunicação entre os polos da produção ao redor do mundo, para elevar o lucro das grandes empresas. A descentralização do mercado e as novas tecnologias da informação proporcionaram as condições ideais para consolidar esse anseio (CASTELLS, 1999). Somado a isso, o fato de os olhos do mundo saírem do continente europeu para a Guerra Fria permitiu à máquina ideológica capitalista se reorganizar num momento de iminente crise e insubordinação dos países periféricos.

Sob a bandeira da cessão de poder e busca de igualdade entre os povos, o Ocidente propôs um “mundo globalizado, visto como fábula”. Acreditamos que o imaginário da maior parte da população é de que com o desenvolvimento da civilização humana, certos processos já não se sustentavam mais e que esse fenômeno seria uma espécie de revolução contra os antigos regimes, a fim de unificar as relações comerciais, sociais e ambientais, em que não haveria espaço para a subjugação de povos. Esta é a concepção que os agentes da globalização pretendem disseminar. A globalização, entretanto, “erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação” (SANTOS, 2010, p. 18). Essa apropriação pelas elites construiu a crença de que “a globalização é um processo natural e inexorável”, “não existe forma de mudar a globalização” ou “a globalização é a saída para grande parte dos problemas mundiais”.

Se a pensarmos enquanto constituinte da consolidação da aldeia global, comunidade em que todos estariam ligados e em rede (CASTELLS, 1999),

vemos claramente a intenção de difundir a ideia de diminuição de fronteiras e aumento de oportunidades. A concepção é de que todos têm as mesmas possibilidades, uma vez que o sistema é único. Entretanto, “a globalização neoliberal implica uma redefinição da relação entre o Ocidente e seus outros, o que me leva a uma mudança do eurocentrismo ao que aqui chamo de ‘globocentrismo’” (CORONIL, 2005, p. 106). Na verdade, o globocentrismo intensifica as práticas que

1) dividem os componentes do mundo em unidades isoladas; 2) desagregam suas histórias de relações; 3) convertem a diferença em hierarquia; 4) naturalizam essas representações e 5) intervêm, ainda que de forma inconsciente, na reprodução das atuais relações assimétricas de poder. (CORONIL, 1999 *apud* CORONIL, 2005, p. 106)

Nas épocas do Colonialismo e do Imperialismo clássicos, era fácil identificar a imagem ocidental agindo arbitrariamente; na globalização, porém, não. O motivo é que o Ocidente se dissolve na aldeia global, para amenizar o impacto de suas ações, ainda mais presentes ao redor do mundo. O “‘globocentrismo’ dos discursos dominantes da globalização neoliberal esconde a presença do Ocidente e oculta a forma pela qual este continua dependendo da submissão tanto de seus outros quanto da natureza” (CORONIL, 2005, p. 106). Dessa breve reflexão, pretensiosamente desapegada de essências pré-formadas sobre a globalização, percebemo-la como processo criado, fruto de um passado colonialista-imperialista. Um processo muito mais perverso que os subterfúgios de manutenção da centralidade anteriormente empregados, por aparecer envolto por uma capa de união e igualdade que esconde seu verdadeiro interior. De fato a globalização “está se impondo como uma fábrica de perversidades” (SANTOS, 2010, p. 19).

Para não cairmos em estereótipos ou determinismos precisamos dizer que os teóricos que enxergam a globalização como fábula e os que a veem como perversidade não se situam em patamares econômicos e sociais díspares. Os primeiros direcionam boa parte de seu foco apoiando-se em vieses econômico-financeiros, deixando de lado uma análise de cunho mais social do processo. Eles afirmam que a globalização funciona, acima de tudo, para incluir parcelas da sociedade antes esquecidas, restringindo o fenômeno para a ótica exclusiva do trabalho e do poder de compra.

A própria noção de aceitação e tolerância das culturas dos diferentes geralmente nos parece cheia de boas intenções, mas se olharmos detidamente notamos sua subordinação aos interesses hegemônicos, porque “não se trata simplesmente de celebrar a diferença, mas de questioná-las” (SILVA, 2003, p. 102). Uma forma mais avançada dessa suposta aceitação dentro do sistema seria a apropriação dessas manifestações culturais sob a forma de mercadoria, através da supervalorização da dimensão econômica de condições forjadas como “únicas” como maneira de reprodução ampliada do capital em um espaço mundializado.

Não devemos analisar o fenômeno em questão apenas quantitativamente. É preciso olhar de modo mais esmiuçado e qualitativo para compreender as dinâmicas intrínsecas e evidenciar que na ideologia da globalização há quase sempre a dissociação entre o panorama vigente e os regimes civilizatórios, o que revela a intencionalidade desse processo e sua relação com o Colonialismo e o Imperialismo. Sugerimos, então, a substituição do conceito aparentemente inovador de “Pós-Modernidade” para um que reflita mais a situação pretensiosamente peremptória em que nós, povos periféricos, verdadeiramente nos encontramos: Pós-Colonialidade.

O Capitalismo multiescalar e “sustentável”

A década de 1970 funcionou como marco para o início dessa Pós-Modernidade. Nela se consolidou uma grande mudança da lógica da produção, notória pela precarização (preferimos este termo a “flexibilização”) das relações trabalhistas e introdução massiva das tecnologias informacionais. Porém, um antigo fenômeno foi aprofundado: a divisão internacional do trabalho. Buscando maior abundância de recursos naturais, leis ambientais menos rígidas, redução de custos através de mercado de trabalho barato e pouco organizado, incentivos fiscais governamentais, novos consumidores etc., boa parte das grandes empresas transferiu suas instâncias diretamente produtivas (a indústria propriamente dita) para países que apresentavam esses fatores locais, tradicionalmente subalternizados na lógica mundial.

Os anos 70 foram, ao mesmo tempo, a época provável do nascimento a revolução tecnológica da informação e uma linha

divisória na evolução do capitalismo. As empresas de todos os países reagiam ao declínio real da lucratividade ou o temiam, e, por isso, adotavam novas estratégias. Algumas delas, como a inovação tecnológica e a descentralização organizacional. (...) Para aumentar os lucros, em um determinado ambiente financeiro e com os preços ajustados pelo mercado, há quatro caminhos principais: reduzir os custos de produção (começando com os custos de mão-de-obra); aumentar a produtividade; ampliar o mercado; e acelerar o giro do capital. (CASTELLS, 1999, p. 136)

Somente nos anos 1990, com o declínio derradeiro da União Soviética e a simbólica queda do Muro de Berlim, contudo, que a globalização pôde se edificar plenamente. Todas as possibilidades foram abertas para o capital ser expandido pelo mundo pela globalização, uma vez que se concretizou a unidade do sistema no mundo. Apesar de atuar em escala planetária, no entanto, o Capitalismo é dependente das demais escalas, inclusive as mais restritas. Nelas, onde o espaço é o vivido, aliás, que são sentidas as piores implicações da dominação do capital, reproduzindo em escala local ou regional as dimensões de exploração e subjugação de povos.

As assimetrias de poder entre capital global e os atores dos âmbitos locais praticamente obrigam os lugares a cumprirem uma série de requisitos para se adequarem e, pelo menos em teoria, se inserirem na lógica global. Com isso, as cidades entram em competição entre elas mesmas, mas da qual nenhuma sai como efetiva vencedora, dado que os ônus dessa “inclusão”, sentidos na sociedade, equivalem ou por vezes superam os bônus econômicos. O espaço urbano (ou a metrópole), enquanto materialidade e enquanto simbolismo dos signos globalizados, é a dimensão onde mais se percebe essa submissão. A crida autonomia político-econômica de cidades como São Paulo ou Johannesburgo numa matriz relativamente homogênea e substancialmente diferente produz nas outras cidades um desejo contínuo de se destacar como as exemplificadas, numa espécie de metropolização. Percebemos o favorecimento dos vetores globais em detrimento dos nacionais.

Temos de deixar clara aqui a não separação entre a elite econômico-financeira e a elite política ou a sujeição da segunda à primeira como facilitadores do processo intencional de diferenciação dos lugares. Produzem-se polos em rede de cosmopolitismo, de decisões sobre as mais diferentes escalas, técnico-científicos, entre outros, subservientes ao capital globalizado.

Sendo assim, os diversos níveis econômicos e políticos dos lugares funcionam como máquinas de diferenciação e reforço de estereótipos. Em inúmeros locais a representatividade no cenário global é desejada e são propostos usos de quaisquer instrumentos para dar cabo dos “determinismos” enraizados na população e “desenvolvê-la” socialmente. Aqui notamos os clichês da globalização sendo empregados como se a lógica local anterior fosse prejudicial ou mais atrasada em relação à nova, planetária.

O imaginário enraizado no discurso atual é de que os países centrais tiveram uma forma de pensar, agir e lidar com seus problemas, diferente da dos países periféricos, que funcionou como uma fórmula de sucesso e que por isso seriam um claro ícone exemplificador de progresso e ou desenvolvimento. Por assim dizer essas sociedades são vendidas como modelos, de modo que a cultura ocidental largamente se dissemina pelo mundo, ocasionando certa padronização cultural ao redor do planeta. Isso não implica em uma perda das peculiaridades culturais nacionais. Dois fatores irão de encontro à homogeneização das culturas: a identidade de resistência – que dá sentido e vida às territorialidades – e sua apropriação controversa.

Em primeiro lugar, a identidade cria forças, discursos e práxis que se enraizam em determinados territórios, tornando-os característicos de dada forma de cultura e pensamento, entre outros, definindo bem as fronteiras. Embora a resistência à cultura de massas esteja no cerne desses vínculos, o fato de a territorialidade produzir singularidades a torna potencial para um tipo de “apropriação controversa”, tornando-se mercadoria, capital simbólico no Capitalismo.

É nesses estratos que a busca do capital simbólico é mais marcada. E é para eles que os movimentos de moda, de localismo, de nacionalismo, de língua e mesmo de religião e de mito podem ter maior importância. Proponho aqui o exame mais cuidadoso do tipo de circularidade presente na massa cultural que une produtores em ávida busca do puro poder do dinheiro, de um lado, e consumidores relativamente afluentes, eles mesmos parte da massa cultural, que buscam um certo tipo de produto cultural como marca clara de sua própria identidade, de outro. (HARVEY, 2002, p. 312)

Logo, encontram-se equivocados os que acreditam que a evolução da globalização produzirá uma cultura única global, tenham eles a postura crítica a isso ou não. A máscara de “igualdade e possibilidades” para todo o globo se

quebra, no momento em que as especificidades e heterogeneidades locais, regionais e nacionais são transformadas em mercadoria e espaços fundamentais para a expansão do Capitalismo. Em virtude dessa complexidade, não podemos simplesmente dizer que o lugar é puro reflexo do global ou que este, o todo, é só a soma das partes.

Curiosamente, a identidade não se cria apenas nos espaços particulares; ocorre atualmente a identidade aos signos globalizados. O vínculo é com o deslocamento. A essência desse modo de identificação está no fato de ter mobilidade, pensamento cosmopolita e transcender a cultura de um mero lugar, criando um território sem demarcações claras.

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar nossas próprias “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento. (HAESBAERT, 2006, p. 279-280)

Hoje, a inserção no modelo globalizado leva ao consumismo e toda ampliação da reprodução de capital leva à ampliação do mercado – a indústria perde importância com relação ao setor de comércio e serviços. O verdadeiro ideal da Modernidade e Pós-Modernidade capitalistas passa longe da formação de justas relações humanas. A necessidade de “superação” constante dos discursos empregados nas diferentes épocas, uma vez desmascarados, põe o Capitalismo em crises estruturais, que demandam uma tomada de posição para a criação ou recriação de ideologias de dominação. Essas crises denotam os limites do sistema, mas seus defensores as vestem como oportunidades para consertar os erros e ajustar as ações, tornando cíclicas as atitudes que não beneficiam a sociedade.

Então, neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise. O que é considerado solução parte do exclusivo interesse dos atores hegemônicos, tendendo a participar de sua própria natureza e de suas próprias características. (SANTOS, 2010, p. 35)

Mas o consumismo gera agora uma crise que potencialmente é muito mais dramática que as anteriores. Pela primeira vez, ela se funda em uma

grande defasagem entre as tecnologias atuais e as requeridas para extração de recursos naturais, bem como em altos níveis de agressão ao meio ambiente. A possível falta de fontes minerais de energia num futuro não tão distante se soma à baixa rentabilidade das fontes “verdes” e apresenta um dilema para os atores hegemônicos do capital. A grande dúvida é se eles estão realmente sem saída ou se é mais um discurso procurando criar linhas de ação alternativas. Apesar dos indícios, essa crise ainda está por se concretizar. Sendo assim, os atores do capital acreditam na sua superação pela técnica. Afirmam que até essa situação acontecer, já haverá meios científicos para superá-la ou ao menos contorná-la.

Por outro lado, com o apelo midiático e temor da sociedade, o capital lança um novo discurso definidor de estratégias: a sustentabilidade. O desenvolvimento de qualquer atividade, política, empresa, produção etc. hoje fica praticamente inviabilizado sem o selo de sustentável. Ela se torna uma marca, um símbolo do mundo globalizado, uma meta global e local, e a mídia e o medo fazem com que a população a compre e incentive em larga escala. Devemos elucidar

sua qualificação histórica em uma ordem capitalista, que impõe à sustentabilidade um planejamento e um mercado, ou seja, tende a condicionar a sustentabilidade às disputas políticas do planejamento e às competições técnico-econômicas do mercado. Nesse sentido o discurso da sustentabilidade carrega uma utopia e esconde assimetrias de poder. (MOREIRA, 2004 *apud* RUA, 2007, p. 171)

O panorama vigente do Capitalismo sustentável ainda permanece denegrindo natureza e sociedade, pois não reflete correspondência entre discurso e práxis. Não há responsabilidade social por parte dos agentes de mercado. Na tríade consumismo, produção e sustentabilidade os elementos prevaletentes são obviamente os dois primeiros e o terceiro é tratado apenas como uma grife, uma questão de etiqueta.

É preciso lembrar que uma liberdade de mercado que é absoluta em si mesma, não levando em conta os custos e benefícios ecológicos e sociais em longo prazo, não corresponde aos ideais do verdadeiro desenvolvimento sustentável. (SIQUEIRA, 2002, p. 64)

Considerações finais

Nossa citação de Nelson Rockefeller, no início deste trabalho, foi feita com um propósito maior do que torná-lo mais vistoso. O que tentamos discutir aqui foi que, desde o início da Idade Moderna, o Ocidente se utiliza de mecanismos variados, hoje imprescindivelmente camuflados, para estender seu domínio aos demais povos, tanto na interface econômica, através do Capitalismo, quanto nas interfaces sociais, políticas, culturais, ambientais entre outras. A globalização e a sustentabilidade são as formas mais avançadas desses mecanismos e procuramos evidenciar o modo pelo qual os agentes do capital agem por debaixo desses panos.

Não duvidamos das qualidades altruísticas do senhor Rockefeller, mas uma rápida pesquisa por sua biografia pela World Wide Web nos leva imediatamente a duas ocupações suas: empresário e filantropo. Não dificilmente podemos generalizar as ocupações do bilionário republicano ex-vice-presidente dos Estados Unidos (hoje já falecido) para a dos demais representantes de sua classe. Dizemos aqui que o Ocidente é, substancialmente, como um empresário, em primeiro lugar zelando pelos interesses próprios, mas filantropo é como ele se mostra.

É impossível conceber tal monopólio do poder mundial sem associá-lo às revoltas dos excluídos, mas não ocorre muito senso de união entre elas. A relativa falta de uma gestão centralizada ou uma ideologia organizada se deve muito ao fato de a mídia e as ciências sociais estarem impregnadas de eurocentrismo, o que faz com que as massas não tenham a noção completa de sua marginalização.

No campo educacional, o qual valorizamos por acreditarmos ser o que mais relevância tem na formação da base intelectual dos indivíduos,

o que um currículo crítico deveria evitar, de todas as formas, seria uma abordagem essencialista da questão da identidade étnica e racial. Não é suficiente evitar simplesmente as formas mais evidentes de essencialismo, como aquelas fundamentadas na biologia, por exemplo. É preciso questionar também formas mais sutis de essencialismo, como aquela que se manifesta através do essencialismo cultural. (SILVA, 2003, p. 104)

Devemos, portanto, considerar

a operação do multiculturalismo neoliberal e uma interculturalidade de corte funcional como dispositivos de poder que permitem a permanência e o fortalecimento das estruturas sociais estabelecidas e sua matriz colonial. [...] ainda mais central, é [...] interesse em colocar no cenário [...] uma perspectiva crítica da interculturalidade, que se encontra enlaçada com uma pedagogia e práxis orientadas ao questionamento, transformação, intervenção, ação e criação de condições radicalmente distintas de sociedade, humanidade, conhecimento e vida (WALSH, 2009, p.13-14)

Assim como ocorreu com os valores europeus que conduziram às lutas contra suas opressões, também, atualmente, as bases técnicas ocidentais “poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos” (SANTOS, 2010, p. 20). Cabe a nós, enquanto oprimidos, fazermos a revolução e cabe a nós, enquanto geógrafos, impedir que o lugar, enquanto *locus* do ativismo e da criação cultural mais digna, e não aquela de gabinete, vença a batalha contra a abstração e a efemeridade imposta às relações sociais.

Enfim, cabe ao presente construir a nova Geografia. Essa não aparecerá pronta na cabeça de algum teórico iluminado; sua construção será o fruto de um lento trabalho de pesquisa, formulação, refutação, discussão, que já se encontra em curso. O avanço da ciência é resultante da atividade social, assim, uma obra de muitos e de paciência, cujo produto também se destina a superação futura. (MORAES e COSTA, 1987, p. 20)

Acreditamos que a insatisfação com o sistema societário aumentará: os povos excluídos tomarão mais consciência da globalização como perversidade e de como ela pode ser. Uma sociedade mais justa, entretanto, seria alcançada na utopia da Transmodernidade (DUSSEL, 2005), quando os marginalizados não se sujeitassem mais à opressão e os dominantes abrissem mão de seu poder em nome da solidariedade, e por que não usar o termo “fraternidade”, remetendo aos direitos humanos básicos da Revolução Francesa?

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336 p.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996. 393 p.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. 6.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. 611 p.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la Geografía Contemporánea**: una introducción a la Geografía. Barcelona (ESP): Barcanova, 1983. 510 p.

CARVALHO, Alex Moreira; MORENO, Eleni; BONATTO, Francisco Rogério de O.; PEREIRA, Ivone. **Aprendendo metodologia científica**: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000. 128 p.

CARVALHO, André Luiz Piva de. **Construção identitária**: projeção simbólica: IV ENECULT, 2008. p. 47-61. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14361.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. *In*: LANDER, Luis Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 105-132.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Luis Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 395 p.

HALL, Stuart. The West and the Rest: discourse and power. *In*: SCHECH, Susane; HAGGIS, Jane. **Development**: a cultural studies reader. Oxford (RUN); Malden (EUA): Blackwell, 2002. p. 56-64.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002. 352 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1987. 196 p.

MIGNOLO, Walter D. A Colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Luis Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2008. 189 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Luis Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In*: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 143-193.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 523 p.



SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19.ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 174 p.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo Capitalismo. 13.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 198 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 156 p.

SIQUEIRA, Josafá Carlos de. **Ética e meio ambiente**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002. 86 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system II**: mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1500-1750. Londres: Academic Press, 1980. 388 p.

_____. El eurocentrismo y sus avatares: los dilemas de las ciencias sociales. **New Left Review**, Madri, n.0, jan.-fev. 2000. p. 97-113.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999. p. 12-42.